

Luísa Schmidt
Ana Delicado

Introdução

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, implicou consequências maiores para as questões ambientais, tanto ao nível político como a nível da formação e da informação.

A *nível político*, Portugal inicia nessa altura um processo de acompanhamento das medidas e políticas ambientais comunitárias, implicando uma elevação dos seus padrões de exigência e a transposição sistemática dos dispositivos legais europeus. Este processo e a sua articulação às condições específicas da transformação acelerada da sociedade portuguesa não se processou de forma linear. Basta pensar que, com a adesão, Portugal instalou-se também na economia de mercado da Europa e dos seus valores de consumo, ao mesmo tempo que lançava inúmeras obras públicas e infraestruturas básicas e menos básicas. O país abreviou em 10 anos o que os seus pares europeus mudaram em 30, como os indicadores de consumo e modernidade demonstram (Barreto 1996). E mudou depressa e muito e em quase tudo, sem dar tempo a si próprio para consolidar ferramentas culturais que permitissem aos cidadãos e aos decisores novas leituras para uma sociedade que acabara praticamente de sair de um modelo ruralista, fechado e ditatorial. A nível social deram-se alterações radicais sobretudo nos estilos de vida e de consumo, com impactos crescentes no estado do ambiente, sem que as diretivas europeias viessem a tempo para infletir a degradação dos recursos que então se agudizou (Santos *et al.* 1990; Schmidt 2000).

Alguns efeitos perversos da adesão ligam-se justamente ao modelo de crescimento então seguido que veio ao encontro de uma dinâmica que já estava instalada em Portugal de ocupação urbana desordenada no litoral e nas áreas metropolitanas das duas grandes cidades (Ferrão 1996). Este modelo de crescimento produziu como consequências um *boom* de infraestruturas rodoviárias e de imobiliário suburbano que estão hoje na base de dois graves problemas estruturais: por um lado, a ineficiência e a dependência energéticas, devido à assunção do automóvel como transporte dominante; e, por outro, o endividamento das famílias à banca

pela aquisição de casa própria, devido ao alastramento da indústria da construção civil e da especulação imobiliária.

Os fundos europeus trouxeram sem dúvida vantagens e melhorias sensíveis sobretudo na resolução dos problemas básicos (águas, esgotos, resíduos urbanos), mas não foram suficientes para inverter este modelo, acabando até por, perversamente, agravar as tendências antes referidas.

Acresce a transformação sofrida a nível do comércio e hábitos de consumo com a expansão desenfreada de centros e megacentros comerciais e de grandes superfícies, sem que uma política de planeamento equacionasse com clareza e racionalidade critérios sobre a dimensão, concentração territorial e localização destes centros. Portugal superou a média europeia de *shoppings per capita* – 170 mil m² por cada mil habitantes (APCC 2012). Contudo, com as rápidas mudanças que os modelos de consumismo estão a sofrer, já se começa hoje a assistir à decadência e até falência de algumas destas infraestruturas com graves consequências sociais, económicas e paisagísticas.

Seja como for, regressando às políticas europeias, e mesmo com a implementação adiada de muitas das diretivas, a adesão à União Europeia trouxe uma importante viragem ao estatuto oficial das questões ambientais e de defesa do consumidor entre nós, acentuando inclusivamente o significado público das instâncias comunitárias de apelo. Os reflexos desse processo são, aliás, visíveis não só na transposição do aparelho jurídico e nos quadros administrativos em que se respaldou, como na crescente inscrição social da importância dos assuntos entre nós. Incluindo a questão energética que, embora muito mais tardiamente, também registou um avanço significativo na primeira década de 2000 – com a instalação e expansão das energias renováveis e os programas de incentivo à microgeração e água quente solar.

A *nível da formação*, as transformações operadas na sociedade portuguesa foram inúmeras e vieram confirmar a importância das matérias ambientais regularizando a sua presença nos *curricula* escolares e na multiplicação dos projetos de educação ambiental a partir de meados dos anos 1990 (Schmidt, Nave e Guerra 2010). No culminar deste movimento educativo, cultural e cívico, iniciaram-se dinâmicas de grande envergadura de que as atividades da Agência Ciência Viva e o projeto «Eco-Escolas» da Associação Bandeira Azul da Europa são um bom exemplo. Mas não só. Sobretudo a nível do poder local, verificou-se um esforço significativo da integração do tema em articulação com as escolas, nomeadamente com a problemática dos resíduos urbanos, dos rios e da biodiversidade. A par disto, também se registou uma consciencialização

pública crescente acerca dos problemas – como evidenciaram os inquéritos «Os Portugueses e o Ambiente» aplicados no âmbito do OBSERVA na viragem do século (Almeida 2000 e 2004). Como veremos adiante, o último Eurobarómetro sobre Ambiente de 2011 mostra que, em contraciclo ao que se pode designar como o discurso oficial dominante no qual o tema reduziu a sua presença, os portugueses estão preocupados com o ambiente, considerando-o maioritariamente um assunto importante e muito importante (95%), até porque (70%) o relacionam com a qualidade de vida quotidiana.

A *nível da informação*, Portugal inicia nessa altura também várias figuras de inclusão nos mecanismos comunitários de levantamento estatístico e também nos instrumentos de inquirição. Entre os primeiros destaca-se o Eurostat, que implicou a necessidade de fornecimento de dados e, por isso, a sua recolha através da instalação de redes de monitorização de indicadores de várias ordens. O país foi, assim, sendo pressionado a responder às solicitações informativas da Comunidade Europeia e, mais tarde, da Agência Europeia do Ambiente (criada em 1990) (Melo e Pimenta 1993). Com o avanço da internet, os *websites* e respetivos dados tornaram também mais premente a necessidade de organização dos dados para efeitos comparativos e de disponibilização ao público.

Outro dos instrumentos de medida a destacar, são os Eurobarómetros (EB) – inquéritos sistemáticos à opinião pública dos países que foram integrando a União Europeia – e que, desde os anos 1980, contemplam periodicamente questionários específicos sobre «ambiente», «consumo» e «energia». Por via deste instrumento, passou o país a ser alvo de procedimentos regulares e comparáveis à escala comunitária de inquirição sobre conhecimento, valores e atitudes dos portugueses nestas matérias, e sempre com um espetro de análise muito alargado.

O objetivo da Comissão Europeia ao criar os EB foi, por um lado, gerar conhecimento sobre o que os europeus pensavam e sentiam quanto à Comunidade Europeia e seus problemas comuns e, por outro lado, avaliar graus e carências de informação que necessitassem de ser supridos. A intenção subjacente era estabelecer, se não consensos, pelo menos visões partilhadas em torno de opções políticas decisivas para o futuro da CE a vários níveis e permitir tomadas de decisão civicamente validadas (Rabier 2008, *in* Nissen 2012). Nada mais saudável e lógico para ajudar a cumprir a mais brilhante invenção política da Europa – a Democracia – informada, participada, inclusiva, deliberativa, honesta.

Claro que, à medida que o âmbito geográfico da Europa (dos 10, 15, 25, 27 e 28 países) e a diversidade de temáticas foram crescendo, cresceu

também a complexidade metodológica deste instrumento que tem sido alvo de algumas críticas pertinentes quanto às formas e fórmulas da sua aplicação (ver nota metodológica abaixo).

Especificamente na área do ambiente, aponta-se a desconsideração de variáveis críticas, como sejam as percepções, preocupações e fatores de envolvimento nas políticas de escala local, dado ser esta uma escala mais adequada para captar as diferenças em matéria de cidadania ambiental (Hajer 2003; Pato, Schmidt e Valente 2009).

Aponta-se ainda por vezes a instrumentalização nas formas como se colocam certas perguntas, ou mesmo na omissão de certos temas mais incómodos e sensíveis – casos do racismo e da religião (Nissen 2012) – e, poderíamos acrescentar, na eliminação ou ausência de certas questões, como é o caso da opção nuclear pós-acidente de Fukushima ou da aceitabilidade dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) nas vésperas da Parceria Transatlântica a celebrar em 2014.

Por outro lado, quanto mais alargada a UE e diversas as culturas e os contextos históricos que a integram e também, quanto mais complexos e globais são os problemas, mais difícil se torna construir inquéritos que sirvam a tudo e a todos. Todavia tal não diminui a importância dos EB como instrumentos de análise, com a grande vantagem e valor da sua continuidade na recolha de dados, permitindo construir séries longitudinais de monitorização da opinião pública europeia disponibilizados *on-line* e em bruto.

Outro aspeto importante é que os EB servem também como espelho das políticas comuns e das respetivas diretivas que a UE lança, ou pretende vir a lançar, e cujo sucesso está por vezes dependente da participação ativa dos cidadãos, como acontece com muitas medidas ambientais, de defesa do consumidor e de eficiência energética.

Neste aspeto, importa referir que os temas do ambiente começaram a ser inquiridos em 1982 (na sequência do primeiro programa de ação que fixou o quadro da política comunitária em matéria de ambiente lançado para 1973-1976 e levaria ao Ato Único Europeu em 1987); os temas da energia, apesar de as políticas comuns terem tardado, começaram a ser tratados pelos EB em 1982 (na sequência das crises de petróleo dos anos 1970); e, no caso de as alterações climáticas, apesar de os EB sobre ambiente já incluírem questões sobre o problema desde 1986, lançaram-se inquéritos específicos sobre o tema apenas em 2008 (após o relatório IPCC 2007, da *Verdade Inconveniente* de Al Gore 2006-2007 e nas vésperas da Conferência de Copenhaga, onde a UE pretendia assumir um papel de liderança). No caso do consumo, os primeiros inquéritos Eurobaró-

metro foram realizados em 1975, mas tornam-se mais frequentes, sobretudo no que diz respeito ao consumo de alimentos, com as crises alimentares dos anos 1990 (BSE, dioxinas, etc.).

Sondar e escutar os cidadãos são etapas essenciais para avaliar e suprir défices informativos e incentivar cadeias processuais de participação consistente de apoio às decisões em democracia. Neste sentido, seria importante que os decisores em Portugal levassem em conta os resultados, nomeadamente a importância crescente que os temas que aqui tratamos vêm assumindo para a sociedade portuguesa apesar, e talvez até por causa, da crise económica e social. Isto porque a crise não só agudizou as preocupações com certos gastos domésticos, como ressituiu o valor dos espaços públicos de proximidade, tornando urgentes as políticas de restauro das paisagens, dos recursos naturais e dos lugares de recreio. No fundo, uma qualificação de vida facultada pelos espaços de fruição dos bens ambientais difusos e comuns, perdas que estão a ser as gratificações pelo consumo.

Assim, sem perder de vista os limites, mas também as vantagens dos EB, utilizámos diretamente as bases de dados disponíveis para uma análise aprofundada desde que a sua aplicação se iniciou também em Portugal (ver nota metodológica).

Na leitura que fazemos, começamos por contextualizar e enquadrar as questões tanto do ponto de vista conjuntural da história recente do país, como das políticas europeias e nacionais que foram sendo lançadas nas matérias analisadas – um enquadramento reconstituído com base em fontes bibliográficas mas também no exame dos principais documentos de política e legislativos para cada tema, frequentemente associado a outros projetos de investigação em curso. Procedemos em seguida a um ensaio de comparação numa Europa entretanto ampliada a 27 – hoje 28 – países-membros, analisando quase três décadas de aplicação de Eurobarómetros.

A vastidão do propósito impôs escolhas e, nesse sentido, selecionámos seis temas que nos parece destacarem-se ao revelar aspetos mais interessantes tanto para a caracterização das «cidadanias ambientais e energéticas» portuguesas, como pelas dinâmicas que permitem antever para o futuro próximo. São elas o ambiente em geral, suas perceções, preocupações, conhecimentos (capítulo 1 – *Ambiente: das preocupações às práticas*), fazendo depois um enfoque particular nas questões da água e dos resíduos – a primeira por se manter desde há décadas a maior preocupação dos portugueses; a segunda por ter sido aquela onde se verificaram mais mudanças de atitude (capítulo 2 – *A água e os resíduos: duas questões-chave*). Seguem-se as alterações climáticas por serem um tema simultaneamente decisivo

tanto a nível das políticas comunitárias, como a nível das políticas locais de mitigação e adaptação, como até a nível das decisões pessoais quotidianas (capítulo 3 – *Alterações climáticas na opinião pública*). Depois a temática da energia, articulada à anterior e central nas decisões políticas sobre as opções das fontes e o necessário debate acerca do *mix* energético, bem como nas decisões coletivas e pessoais sobretudo no que respeita à adoção das práticas de eficiência energética (capítulo 4 – *Energia: das fontes à eficiência energética*). Em seguida as questões do consumo, particularmente no que respeita a critérios de escolha num mercado alargado, bem como às crises e riscos alimentares (capítulo 5 – *Consumo, alimentação e OGM*). Por fim, uma breve abordagem à mobilidade urbana como aspeto relevante tanto nos impactos como nas melhorias ambientais na vida das cidades (capítulo 6 – *Mobilidade urbana e cidades*)

As análises realizadas não deixam margem para dúvidas quanto ao significado e ao valor desta nossa inserção numa estrutura europeia de conhecimento, informação e acompanhamento de dinâmicas sociais e políticas públicas. Mesmo com os seus limites e necessidades de aperfeiçoamento, a informação dos EB sociologicamente enquadrada torna-se muito útil e permite-nos traçar um panorama fiável sobre as mudanças de perceções, conhecimentos e práticas na opinião pública portuguesa relativamente aos temas em análise desde a adesão à UE, reforçando, aliás, muitos dos resultados que já havíamos trabalhado aquando dos inquéritos do OBSERVA (Almeida 2000 e 2004).

Ao longo dos capítulos seguintes, alguns aspetos marcantes e comuns podem ser salientados.

Em primeiro lugar e de forma geral, podemos dizer que, no que respeita ao ambiente, os portugueses acompanham o crescendo de preocupação da média dos cidadãos europeus, mas distinguem-se na maior ênfase que atribuem aos problemas ambientais «clássicos», ou de «primeira geração», como a poluição da água e do ar, enquanto os restantes europeus, sobretudo do Centro e Norte, estão mais preocupados com problemas apelidados de «segunda geração», como é o caso dos recursos naturais e dos hábitos de consumo.

Em segundo lugar, é também notório ao longo das séries, seja de ambiente, alterações climáticas, energia ou defesa do consumidor, o número bastante superior de inquiridos nacionais que optam pela resposta «não sabe» – número que é ainda mais elevado entre as mulheres e entre os mais velhos. Seja ambiente, sejam as alterações climáticas e sobretudo as questões energéticas, no que toca à informação, no quadro europeu, a maioria dos inquiridos portugueses considera saber pouco sobre as ques-

tões ambientais e menos ainda sobre alterações climáticas ou energia. Esta perceção de menor informação é tanto maior quanto maior é a idade: são os jovens aqueles que se consideram mais informados, o que se comprova ser correto, considerando que a escola e os novos *media* lhes proporcionam uma maior literacia nestas matérias. Já o desejo de mais e melhor informação é generalizado a todos.

Em terceiro lugar, a nível das práticas, os portugueses revelam-se menos ativos do que a média dos europeus, sendo que apenas se aproximam destes nos hábitos de separação de lixo e de redução do consumo da água e da energia. Estas práticas revelam que ainda subsiste em Portugal uma leitura algo elementar das crises globais, tardando a impor-se a visão integrada destes problemas dentro do paradigma da sustentabilidade. Sublinhe-se que os elevados níveis de preocupação assinalados não são correspondidos no plano da ação, o que se explica, por um lado, pela prevalência de uma cultura cívica «privatista», e por outro lado, pela carência de infraestruturas que possibilitem a mudanças (veja-se o caso positivo dos resíduos urbanos e o caso negativo dos transportes públicos).

Por fim, um quarto aspeto a destacar prende-se com a já insistente confirmação do papel desempenhado pelas variáveis «idade» e sobretudo «escolaridade», na modernização do conhecimento e na maior exigência cívica em matéria ambiental por parte das novas gerações. São os mais jovens – aqueles que correspondem em Portugal aos mais escolarizados –, quem evidencia níveis de preocupação mais elevados com temas como a biodiversidade, as alterações climáticas, bem como maior adesão presente e futura às energias renováveis e a consumos mais ecológicos. Este facto representa uma convergência com os padrões europeus e, ao mesmo tempo, uma quebra geracional à escala nacional, que situa os jovens portugueses muito mais próximos dos seus pares europeus do que as gerações mais velhas entre si e com eles.

Esta é, aliás, uma das observações transversais que podem fazer-se neste estudo: uma nova geração, com mais escolaridade e mais literacia ambiental e energética, revela, nas suas práticas e sobretudo nas suas perceções e conhecimentos, uma dinâmica de convergência com os padrões europeus.

Nota metodológica

Este livro toma como ponto de partida o relatório *O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro*, editado em 2011 pelo OBSERVA Observatório

de Ambiente e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais (Schmidt *et al.* 2011), aprofundando e alargando a sua análise.

O principal material empírico de base para este livro são os inquéritos Eurobarómetros (EB). A designação «Eurobarómetros» inspirou-se num instrumento meteorológico constituindo-se como um instrumento de medida da opinião pública para a democracia. Curiosamente, o primeiro EB Standard foi lançado em abril de 1974 – quando Portugal vivia a sua revolução democrática, ainda a doze anos de distância da adesão à CE. Anteriormente, em 1970, havia sido aplicado um inquérito sobre a unificação europeia, integrado na coleção EB Especial. De então para cá, intensificou-se a frequência de aplicação dos EB, diversificaram-se os temas da sua abordagem e aumentou-se o número de países a inquirir em função do sucessivo alargamento da União Europeia: CE-9 (1973), CE-10 (1981), CE-12 (1986), CE-15 (1995), UE-25 (2004) e UE-27 (2007), agora 28 desde 2013. Os EB Standard são realizados duas vezes por ano, com um conjunto estável de questões; os EB Especiais são aplicados conjuntamente com os EB Standard mas abordam em profundidade temas específicos; o primeiro EB Flash data de 1990, sendo um tipo de inquérito também temático, mas sem periodicidade definida, realizado a pedido da Comissão Europeia.

Como primeiro passo de pesquisa, foi realizado um levantamento dos vários Eurobarómetros Standard, Especiais e Flash cujos temas abrangiam as questões de ambiente, entre 1986 e 2013. Este levantamento foi efetuado a partir da base de relatórios Eurobarómetros disponibilizada em: http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm.

Além dos Eurobarómetros Standard e Especiais com o tema específico «ambiente», foram ainda identificados Eurobarómetros Especiais dedicados à energia, às biotecnologias, ao nuclear, às cidades, à agricultura, entre outros. Os questionários destes inquéritos foram depois integrados numa base de dados única. As perguntas, e suas respostas, foram então classificadas, fosse quanto ao(s) seu(s) tema(s) (p. ex., ambiente em geral, ou energia, ou alterações climáticas, ou poluição), fosse quanto à sua categoria (p. ex., práticas, ou perceções, ou políticas). A classificação realizada possibilitou a pesquisa e seleção de questões na base de dados, em função dos tópicos de interesse, no contexto da investigação presente. A partir desta seleção primária, foi possível obter um lote mais reduzido de questões, as quais foram depois objeto de uma segunda seleção, mais fina, em função do interesse para a interpretação dos seus conteúdos concretos, e em função do número de ocorrências de uma mesma questão, em diferentes anos, possibilitando a construção de séries de dados.

Os resultados relevantes foram recolhidos a partir dos relatórios publicados ou das bases de dados destes inquéritos, disponibilizadas em formato SPSS no catálogo *on-line* Zecat, do Instituto-Leibniz para as Ciências Sociais – GESIS (www.zecat.gesis.org).

Os tópicos abordados agruparam-se da seguinte forma: perceção sobre os problemas ambientais; práticas e participação; informação e confiança nas fontes; perceção sobre escala de governação apropriada. Cada um destes tópicos foi analisado a partir de uma ou mais questões presentes nos Eurobarómetros. A análise desenvolveu-se a partir da comparação entre os dados de Portugal e a média europeia, ao longo das séries temporais obtidas. Uma análise complementar, em função de idade, género e ensino, foi efetuada para o ano mais recente de cada questão.

Refira-se neste ponto que os inquéritos do Eurobarómetro não consideraram propriamente a variável «nível de ensino», como é comum, mas antes e apenas o número de anos de estudo – e estudantes atuais –, o que permite deduzir de forma aproximada o nível de ensino correspondente. Uma nota também relativamente às modificações introduzidas, de uns anos para os outros, no texto das perguntas, ou nas opções de resposta: a análise dos dados assinala este tipo de modificações sempre que relevantes do ponto de vista do conteúdo, considerando-se como uniformes as alterações menores a nível da linguagem.

Há ainda que referir que os dados dos Eurobarómetros padecem de algumas fragilidades que implicam prudência no aproveitamento científico dos mesmos. A forma como as questões são formuladas obedece por vezes (ou muitas vezes) mais a critérios políticos (informação sobre a opinião pública de que a Comissão Europeia necessita para afinar o desenho das suas políticas) do que a critérios científicos, o que Nissen (2012) considera prejudicar o seu valor informativo. Segundo este autor, a partir de certa altura, os EB terão até passado de um «instrumento cívico de apoio à decisão» para uma «ferramenta política instrumentalizada» visando servir fundamentalmente os interesses e fins políticos da Comissão Europeia. Por outro lado, o mesmo autor critica ainda o facto de, em alguns países, não ser fornecida informação suficiente sobre os procedimentos de recolha de informação, nem de a amostra ser constituída pelos mesmos indivíduos em diferentes inquéritos (um pré-requisito dos estudos de painel longitudinais); ou de os processos de amostragem serem variados (ao longo do tempo e por países). Acresce que a formulação das questões é também frequentemente alterada e, em alguns casos, não é suficientemente neutral. Por outro lado, os EB não levam em conta as diferentes conjunturas numa UE cada vez mais alargada com realidades

socioculturais e históricas diversas, tornando-se necessário adaptar melhor os inquéritos aos contextos nacionais (Nissen 2012). Adicionalmente, não tratam com a devida profundidade problemáticas que afetam particularmente os países do Sul, como secas e incêndios.

Muitas destas limitações foram, no entanto, levadas em conta tanto na base de dados que construímos, como na análise que realizámos, no sentido de as apontar quando era o caso e até de as suprir quando possível.

Referências

- APCC. 2012. *Centros Comerciais: Anuário de Portugal 2011*. Lisboa: Associação Portuguesa de Centros Comerciais.
- Almeida, João Ferreira de, org. 2000. *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras, Celta.
- Almeida, João Ferreira de, org. 2004. *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras, Celta Editora.
- Barreto, António, ed. 1996. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferrão, João. 1996. «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico ‘moderno’». In *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, ed. António Barreto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 168-190.
- Hajer, M. 2003. «A frame in the fields: policymaking and the reinvention of politics», in *Deliberative Policy Analysis: Understanding Governance in the Network Society*, org. M. Hajer e H. Wagenaar. Cambridge: Cambridge University Press, 88-110.
- Melo, João, e Carlos Pimenta. 1993. *Ecologia*. Coleção «O que é?». Lisboa: Difusão Cultural
- Nissen, Sylke. 2012. «The Eurobarometer and the process of European integration». *Quality & Quantity*, 1-15. Doi: 10.1007/s11135-012-9797-x.
- Pato, João, Luísa Schmidt, e Susana Valente. 2009. «Social choice and climate change: An international sociological assessment on climate change public perceptions and public compliance with policy objectives», 9th ESA Conference, Lisboa, in www.observa.ics.ul.pt.
- Rabier, J.-R. 2008. Speech at the conference «Thirty-fifth anniversary of Eurobarometer: Understanding European public opinion». Sciences Po-Paris, 21 November 2008.
- Santos, Filipe Duarte *et al.* 1990. *Livro Branco sobre o Ambiente*, Lisboa: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.
- Schmidt, Luísa. 2000. *Portugal Ambiental, Casos & Causas*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Schmidt, Luísa, Joaquim Gil Nave, e João Guerra. 2010. *A Educação Ambiental: Balanço e Perspectivas para uma Agenda mais Sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa *et al.* 2011. *O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro*. Observa Report, abril. Lisboa: Observa.